



DOI: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2026v14id5930>

CONCRETO E NATUREZA: A COMUNICAÇÃO DE RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO JUSTIÇA CLIMÁTICA PELA PRESERVAÇÃO DO RIO SOROCABA

Concrete and nature: the resistance of communication of the Climate Justice
Movement for the preservation of the Sorocaba river

Hormigón y naturaliza: la comunicación de resistencia del movimiento por la justicia
climática para la preservación del río Sorocaba

Ana Paula Sallum Nicoletti¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4550-5358>

E-mail: anasallum9@gmail.com

Thifani Postali²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0541-7203>

E-mail: thipostali@gmail.com

Resumo: Inspirado no tema de Geografias da Comunicação e em práticas decoloniais, este trabalho investiga como o Movimento Justiça Climática (MJC) se comunica com os moradores de Sorocaba e em que medida suas manifestações podem ser compreendidas a partir da Folkcomunicação. O objetivo é compreender as estratégias de comunicação apresentadas nas manifestações do movimento, analisando a relação histórica entre Sorocaba e seu rio e a articulação do Movimento Justiça Climática na cidade e suas estratégias comunicacionais. Como metodologia, utiliza levantamento bibliográfico e etnografia na cidade para a observação do movimento em duas manifestações, entre outubro de 2024 e abril de 2025. Observa-se que o MJC articula elementos dos gêneros folkcomunicacionais: oral, visual e cinético, mobilizando expressões culturais populares como práticas de resistência e disputa simbólica.

Palavras-chave: folkcomunicação; resistência; Movimento Justiça Climática.

¹ Universidade de Sorocaba (Uniso). Sorocaba, SP, Brasil.

² Universidade de Sorocaba (Uniso). Sorocaba, SP, Brasil.



Abstract: Inspired by the theme of Geographies of Communication and decolonial practices, this study investigates how the Climate Justice Movement (CJM) communicates with the residents of Sorocaba and to what extent its demonstrations can be understood through the lens Folk Communication. The objective is to understand the communication strategies employed in the movement's demonstrations by analyzing the historical relationship between the city of Sorocaba and its river, as well the organization of the Climate Justice Movement in the city and its communication strategies. The methodology combines a bibliographic review with ethnography research to observe the movement in two demonstrations held between October 2024 and April 2025. The findings indicate that the CJM articulates elements of the oral, visual, and kinetic folk communication genres, mobilizing popular cultural expressions as practices of resistance and symbolic dispute.

Keywords: folk-communication; resistance; Climate Justice Movement.

Resumen: Inspirado en el tema de las Geografías de la Comunicación y en las prácticas decoloniales, este trabajo investiga cómo el Movimiento por la Justicia Climática (MJC) se comunica con los habitantes de Sorocaba y en qué medida sus manifestaciones pueden comprenderse desde la perspectiva de la Folkcomunicación. El objetivo es comprender las estrategias de comunicación presentes en las manifestaciones del movimiento, analizando la relación histórica entre la ciudad de Sorocaba y su río, así como la articulación del Movimiento por la Justicia Climática en la ciudad y sus estrategias comunicacionales. La metodología combina una revisión bibliográfica con una investigación etnográfica realizada en la ciudad, que incluyó la observación de dos manifestaciones entre octubre de 2024 y abril de 2025. Se observa que el MJC articula elementos de los géneros folkcomunicacionales: oral, visual y cinético, movilizand o expresiones culturales populares como prácticas de resistencia y disputa simbólica.

Palabras clave: folkcomunicación; resistencia; Movimiento Justicia Climática.



1 INTRODUÇÃO

Conforme apresentam Manfredini, Guandique e Rosa (2015), o rio que dá nome à cidade de Sorocaba, localizada no interior de São Paulo, é tratado como mero recurso econômico, submetido à lógica do capital. Na perspectiva decolonial do pensador indígena Ailton Krenak (2019), isso ocorre porque a humanidade se enxerga como centro do universo, não como parte do organismo Terra. Ao se colocar acima da natureza e dos demais seres vivos, a lógica capitalista rompe com a ideia de coexistência e nega a interdependência entre todos os elementos que sustentam a vida no planeta. Essa crítica se alinha ao que afirmam Manfredini, Guandique e Rosa (2015), ao refletirem sobre o Brasil como uma colônia de exploração do Império Português, cuja lógica extrativista moldou uma relação com a natureza baseada na exploração e na negligência ambiental. Tal modelo se expressa de forma significativa na cidade de Sorocaba, onde o rio foi historicamente subordinado aos interesses econômicos, com sua preservação sistematicamente ignorada até os dias atuais.

Ao mesmo tempo em que o rio é tratado como recurso, surgem pessoas que buscam protegê-lo, como os integrantes do Movimento Justiça Climática, composto por cidadãos de Sorocaba que se unem e se organizam para enfrentar as estratégias do governo municipal pautadas pela lógica capitalista. A partir desse contexto e da atuação do movimento na cidade, o trabalho propõe responder à seguinte questão: como o Movimento Justiça Climática se comunica com os demais moradores de Sorocaba, e em que medida suas manifestações podem ser compreendidas a partir das lentes da Folkcomunicação?

Posto isso, este trabalho tem como objetivo geral compreender as estratégias de comunicação apresentadas nas manifestações do Movimento Justiça Climática (MJC), um movimento social popular (Peruzzo, 2024) que promove ações de luta pela preservação do rio Sorocaba. Entre as estratégias encontram-se diferentes formas de comunicação que podem ser observadas a partir dos chamados gêneros e formatos folkcomunicacionais (Melo, 2005). Como objetivos específicos, propõe: a) analisar o rio e sua história em Sorocaba; b) compreender como o Movimento Justiça Climática se articula na cidade; e c) especificar as estratégias comunicacionais do movimento a partir da taxionomia da Folkcomunicação. É importante destacar que Melo (2005) propõe aos pesquisadores interessados em realizar, nas respectivas regiões em que atuam, exercícios de comprovação da aplicabilidade do esquema denominado taxionomia da Folkcomunicação, uma vez que somente por meio de pesquisa e documentação será possível atestar sua validade no território nacional.

Como metodologia, o trabalho faz uso de levantamento bibliográfico e etnografia na cidade, a partir de Magnani (2016), para a observação do movimento em duas manifestações presenciais, ocorridas nos dias 16 de novembro de 2024 e 27 de abril de 2025, ocasiões em que foram coletados dados por meio de registros fotográficos e anotações em diário de campo. Como achados, a pesquisa observa que o MJC articula elementos dos gêneros folkcomunicacionais: oral, visual e cinético, apostando em expressões culturais populares que se configuram como práticas



decoloniais de resistência e disputa simbólica para lutar contra as imposições e projetos urbanos do poder público local e que ameaçam o rio Sorocaba.

O artigo está estruturado em quatro seções: a primeira apresenta a relação histórica entre a cidade de Sorocaba e o rio Sorocaba, contextualizando o processo de ocupação urbana, a colonialidade e os impactos socioambientais que culminaram na proposta de implantação da Marginal Direita. Para tanto, utilizam-se autores como Manfredini, Guandique e Rosa (2015), Garcias e Afonso (2013) e Mignolo (2013), entre outros. Em seguida, caracteriza-se o Movimento Justiça Climática como movimento social popular e discute-se a Folkcomunicação como referencial teórico para a compreensão de suas práticas comunicacionais. Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos e a análise das manifestações do movimento a partir dos gêneros e formatos folkcomunicacionais. Por fim, as considerações finais apresentam as contribuições da Folkcomunicação para a compreensão da comunicação em movimentos sociais voltados à justiça socioambiental e refletem sobre seu potencial. Observa-se que o MJC articula elementos dos gêneros folkcomunicacionais: oral, visual e cinético, mobilizando expressões culturais populares como práticas de resistência e disputa simbólica.

2 SOROCABA E A HISTÓRIA COM O RIO

Sorocaba é o encontro dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, nascendo às margens do rio que lhe deu nome e possibilitou sua ocupação, sendo, assim, uma “terra rasgada pelo rio” (SESC, 2024). A história da cidade teve início em 15 de agosto de 1654 e desde 2014 integra oficialmente a Região Metropolitana de Sorocaba, composta por 27 municípios (São Paulo, 2014), o que a torna sede e polo articulador. Segundo o §3º do artigo 25 da Constituição Federal, uma região metropolitana é um grupo de municípios próximos e interligados por lei estadual, para que trabalhem juntos em assuntos que afetam a todos, como transporte, moradia, saneamento e uso do solo (Brasil, 1988).

O Brasil, como uma colônia de exploração do Império Português, foi refém do projeto colonial, tendo seus recursos naturais retirados sem que fossem considerados os impactos ambientais (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015). Esse modelo de racionalidade extrativista se refletiu em Sorocaba, que enxergou o rio como um mero recurso econômico e, portanto, os cursos d’água foram ocupados, desviados ou aterrados para dar lugar à infraestrutura urbana. A Prefeitura Municipal de Sorocaba (s.d.) apresenta o rio Sorocaba como o maior e mais importante afluente da margem esquerda do Tietê, com 227 km de extensão em seu trajeto natural. Paralelamente, Manfredini, Guandique e Rosa (2015) mostram como a cidade se formou em torno do rio, onde os primeiros povos ocuparam suas margens acompanhando o curso do rio Sorocaba e habitando as colinas em seu entorno, dando início à história de Sorocaba. Essas informações mostram que o rio não é só um dado geográfico, mas parte fundamental da história da cidade.



Mesmo diante de sua importância, o rio passou por uma série de intervenções que visaram atender às demandas de comércio e crescimento urbano, transformando uma área naturalmente alagadiça em espaço de infraestrutura. Desde o final do século XIX ocorreram obras de aterro para a construção de ferrovias e pontes. Na década de 1950, o curso do rio foi retificado, as matas ciliares deram lugar a barrancos e posteriormente suas margens foram ocupadas por avenidas e áreas residenciais, contribuindo para as enchentes recorrentes que afetam a cidade até hoje (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015). Atualmente, Sorocaba enfrenta um crescimento populacional exorbitante. O Censo de 2022 mostrou que a cidade cresceu 312% em 52 anos, concentrando mais habitantes que sete capitais do país (Scinocca, 2023). Nesse contexto, Garcias e Afonso (2013) alertam para os diversos problemas derivados de um desenvolvimento urbano sem sustentabilidade, pautado pela expansão imobiliária e industrial. Entre os principais impactos, destaca-se a degradação dos rios urbanos que passaram a receber poluentes e resíduos, tornando-se focos de doenças e outros riscos à saúde pública.

A consequência da imprudência com o rio ao longo da história resultou em águas doentes e inapropriadas para o uso até o início dos anos 2000, quando teve início o Programa de Despoluição do Rio. Segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE, 2017), 70% da poluição do rio era de responsabilidade do município, o que justificou a implementação do programa como medida para garantir melhor qualidade ambiental e de vida à população. Tal iniciativa findou em 2016 e teve investimento total de R\$ 180 milhões, provenientes de recursos federais e municipais (Camargo, 2022). Ao analisarmos sobre as consequências mais recentes do crescimento populacional na cidade, encontramos um rio que volta a ser olhado como um objeto que serve ao capital. Por conseguinte, em 2019, a qualidade do rio voltou a decair, e em 2020 caiu para ruim, segundo relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo, elaborado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB - (Camargo, 2022). Em janeiro de 2025, o jornalista Paulo Andrade (2025a), denunciou que o próprio SAAE estaria, há pelo menos 18 meses, despejando diariamente milhões de litros de esgoto no rio Sorocaba. A denúncia, segundo Andrade, partiu de funcionários da autarquia que relataram sofrer represálias ao questionar a conduta do órgão. Em setembro de 2025, Andrade (2025b) denunciou o uso de tubos clandestinos pelo SAAE, que despejam esgoto de maneira irregular em outras partes da cidade.

Diante de um rio já fragilizado, em 2025, o prefeito de Sorocaba, Rodrigo Manga, em seu Instagram (@rodrigomangaoficial), prometeu que “Vai Ter Mar em Sorocaba” ao anunciar a retomada do projeto da marginal direita, obra que integra o programa “Sorocaba Tem Pressa”, e conforme a Prefeitura, faz parte do planejamento urbano há mais de 40 anos, sendo considerada fundamental para melhorar a mobilidade da cidade (Manga, 2025). O projeto prevê uma avenida com pistas duplas separadas por canteiro central, calçadas laterais e uma ciclovia interligada à rede cicloviária já existente, totalizando 1.800 metros de extensão (Ferranti, 2024). Entretanto, Sorrilha (2024) alerta para o impacto ambiental e urbano da obra, uma vez



que impermeabilizar uma área naturalmente alagadiça do rio Sorocaba pode intensificar os riscos de enchentes e alagamentos. A obra também pode contribuir para a degradação ambiental, comprometendo a fauna e a flora locais, além de potencializar as ilhas de calor devido à substituição de áreas verdes por superfícies asfaltadas. Do ponto de vista urbanístico, há o risco de um adensamento desordenado nas áreas adjacentes, o que pode gerar novos desafios relacionados à mobilidade, infraestrutura e qualidade de vida (Sorrilha, 2024). Na figura 1, é evidenciada a dimensão da obra:

Figura 1 – Obra marginal direita do rio Sorocaba, na zona leste da cidade



Fonte: G1 (2025).

Tal lógica destrutiva e proveniente da colonialidade do poder (Mignolo, 2017) também se encontra na raiz da emergência climática global. Segundo o autor, a modernidade europeia construiu seu discurso de civilização a partir da colonialidade, o lado escuro e silenciado que sustentou o projeto moderno e suas hierarquias de poder, saber e ser. Mignolo (2017) retoma Aníbal Quijano (1993 *apud* Mignolo, 2013) ao tratar das estruturas raciais e econômicas criadas durante o período histórico do colonialismo europeu (séculos XV–XIX), e que continuam existindo mesmo depois que as colônias conquistaram a independência política, conceito que Quijano nomeou de colonialidade de poder. Mignolo (2017) expande essa noção, indicando que a colonialidade opera sob as dimensões do poder, saber e ser. Nesse caso, a colonialidade do poder se refere aos controles da economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero e sexualidade, subjetividade e conhecimento, e a colonialidade do saber à imposição do conhecimento europeu como universal e do ser se refere à desumanização e silenciamento das pessoas colonizadas.

Nessa perspectiva, Mignolo (2017) alinha-se a Krenak (2019) ao dizer que a lógica colonial não apenas hierarquizou os povos, mas também hierarquizou a própria natureza, estabelecendo uma separação entre humanidade e ambiente. Para o autor, essa visão é eurocentrada e compreende a Terra como recurso a ser explorado e não como um organismo vivo em relação com os seres humanos. Assim, o pensamento que legitimou a exploração de povos e territórios durante o colonialismo culminou na exploração ilimitada da natureza, baseando-se na ideia de progresso e desenvolvimento como sinônimos de dominação.



Essa racionalidade de dominação, vinda da modernidade colonial, deu origem ao modelo de desenvolvimento que está por trás da atual crise climática. O avanço industrial, o extrativismo mineral e vegetal e a apropriação privada dos bens comuns resultam de um modo de pensar o mundo que coloca o ser humano, sobretudo o europeu e branco, como centro e medida de todas as coisas. Mignolo (2017) aponta que a modernidade ocidental promoveu a acumulação de riqueza e conhecimento no Norte global, deixando como contrapartida o empobrecimento, a devastação ambiental e o silenciamento epistemológico do Sul global.

Tendo em vista as colocações de Mignolo (2017), a crise ambiental não é apenas um fenômeno ecológico, mas também um sintoma da colonialidade: ela revela a persistência de um modelo civilizatório que separa cultura e natureza. Como podemos constatar, em 2002 foram registrados 700 desastres naturais, sendo 593 deles causados por ações humanas, como a queima de combustíveis fósseis e a destruição de florestas, segundo Vilmar Berna (2010). Mais recentemente, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) alertou que as emissões de carbono entre 2010 e 2019 foram as mais altas da história da humanidade, o que ameaça tornar o planeta inabitável caso providências urgentes não sejam tomadas (ONU, 2022).

Nesse contexto, observa-se uma lógica estruturante que ultrapassa decisões técnicas ou obras isoladas. Compreender essa dinâmica pode fomentar uma participação social crítica, orientada por ações populares que confrontam a lógica colonial. Essas ações fazem parte do chamado "Giro Decolonial", termo cunhado por Maldonado-Torres (Ballestrin, 2013) e que se refere a um movimento de resistência, seja ele teórico ou prático à lógica da modernidade/colonialidade³.

Ao olharmos para Sorocaba, percebemos um cenário onde a devastação do rio é parte de um projeto político deliberado. Dessa maneira, é ainda mais urgente observar as práticas decoloniais que apresentam estratégias de mobilização para proteger a qualidade de vida e o meio ambiente de Sorocaba, fundamentalmente as ligadas à comunicação fora dos canais institucionais de poder.

3 O MOVIMENTO JUSTIÇA CLIMÁTICA

O Movimento Justiça Climática (MJC) surge como uma resposta articulada da sociedade civil à lógica de destruição ambiental promovida pelo poder público. Trata-se de um movimento social popular, compreendido, conforme Cicília Peruzzo (2024, p. 205), como organizações "constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e se organizam para reivindicá-los quando

³ Quijano, Maldonado-Torres e Mignolo são pesquisadores latino-americanos, participantes do Grupo Modernidade-Colonialidade que se propôs a compreender as consequências da colonialidade no Sul Global. O grupo contribuiu para a visibilidade do termo decolonial que, segundo Catherine Walsh (2014) – também participante do grupo, foi cunhado pelas feministas chicanas queer Chela Sandoval e Emma Perez, nas décadas de 1950 e 1960. Assim o termo decolonialidade é uma escolha do grupo para se referir as especificidades da colonialidade que estrutura as relações de poder dos países latino-americanos.



estes não são efetivados na prática”. A autora chama a atenção para o espaço que os movimentos sociais populares têm na mídia dominante. Mesmo protagonistas de mudanças, são normalmente invisibilizados, ou seus discursos são alterados - consequências da colonialidade. Ao citar a pesquisadora Maria Cristina Mata, Peruzzo (2024) ressalta o poder da mídia dominante que “reside na capacidade que têm de formar opiniões e de entreter ou distrair as pessoas dos temas verdadeiramente importantes sobre os quais não se informa nem se investiga” (Mata, 2006 *apud* Peruzzo, 2024, p. 211). Nesse cenário, a população civil se articula para formar coletivos e organizações para informar a sociedade sobre assuntos de interesse que são frequentemente silenciados.

Criado em Sorocaba–SP, o MJC busca abrir diálogo com a população e com o poder público, propondo não somente ações emergenciais, mas também “transformações estruturais voltadas à justiça climática e à preservação dos bens comuns” (MJC, 2025). O movimento ainda se alinha à cosmovisão de Krenak (2019), ao entender que a natureza não é separada do ser humano, e que o rio também tem personalidade, sentimento e nome, como o exemplo do rio Watu, considerado avô do povo Krenak. Como aponta Krenak (2019), ao despersonalizar os seres naturais, ou seja, tirar suas humanidades e não os enxergar enquanto pessoas, nós os colocamos no entendimento de recursos e os tornamos lixões do capital. Em um vídeo no Instagram, durante a primeira audiência pública que discutiu o Plano Diretor da Cidade de Sorocaba, José Anésio, um dos membros do MJC, chamou a atenção para a Terra ao dizer:

[...] quero trazer uma dimensão importante aqui sobre um personagem, que é até citado na longa apresentação aqui, mas na hora de falar dele passa muito [...], que é o planeta Terra. É complicado a gente debater Sorocaba, como é obrigatório se fazer na democracia burguesa, ignorando que Sorocaba tá no planeta Terra [...]. Esquece que o planeta em menos de 10 anos vai obrigar a gente a mudar tudo que está sendo planejado, que por mais que tenham ideias inovadoras e arrojadas sobre a questão ambiental sendo colocadas elas esbarram no limite do que o mercado permite (MJC, 2024).

Dessa maneira, como movimento social popular, o MJC amplia a cidadania comunicacional ao desenvolver sua própria forma de comunicação e reivindicação à proteção do rio Sorocaba. Segundo Peruzzo (2024), a cidadania comunicacional vai além da liberdade de expressão e informação: ela envolve o poder de comunicar, ou seja, decidir o que, como, para quem e em que meio comunicar, o que só se concretiza quando há acesso às estruturas e às tecnologias de comunicação por parte das comunidades. Segundo a autora:

É no processo de tomada de consciência, organização e ação dos movimentos populares e organizações congêneres que a Comunicação Popular e Comunitária se desenvolve. Eles criam seus próprios modos de comunicação e empoderam-se de meios (canais) mediáticos tecnológicos para poderem emitir suas vozes e assim resistir às condições de opressão externando suas reivindicações e, simultaneamente, participam do debate público que dá



visibilidade a outro modo de ver os acontecimentos e à sociedade (Peruzzo, 2022, p. 183).

A partir dessa colocação, é possível compreender a comunicação popular a partir da teoria da Folkcomunicação. Criada por Luiz Beltrão, em 1967, a Folkcomunicação se refere à comunicação desenvolvida fora dos meios institucionais, enraizada nas expressões, narrativas e práticas do povo. Trata-se do “[...] conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, atitudes e sentimentos dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (Beltrão, 1980, p. 24). Em resumo, Postali e Rovida (2025) destacam que a Folkcomunicação permite que grupos sociais historicamente marginalizados construam suas próprias narrativas, mobilizem suas redes e reivindiquem direitos com base em suas vivências e em seus modos de expressão cultural. Assim, observar as formas de comunicação utilizadas pelo MJC como expressões folkcomunicacionais não apenas amplia a leitura sobre o movimento, mas também evidencia o papel central da cultura popular na luta por justiça socioambiental.

Segundo Peruzzo (2024), a comunicação é elemento-chave nos processos de mobilização, ao permitir que os movimentos sociais dialoguem com o público. Sobre esse aspecto, Beltrão (1980, p. 26) destaca que a comunicação pode ter as funções de “[...] educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas populares excluídas por diversas razões e circunstâncias do processo civilizatório”.

Ao criar seus próprios meios de expressão, os movimentos sociais não apenas exercem concretamente o direito à comunicação, como também desafiam o Sistema Nacional de Comunicação. Isso porque a comunicação realizada pelos movimentos sociais populares “significa uma ‘outra’ comunicação [...] realizada por setores organizados das classes subalternas, com vistas a mudar as condições de desigualdade e preparar a conquista da hegemonia” (Peruzzo, 2024, p. 216). Nesse sentido, apresentaremos de forma mais detalhada os formatos e conteúdos das comunicações realizadas pelo Movimento Justiça Climática.

4 A COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO JUSTIÇA CLIMÁTICA

Com base na metodologia de etnografia da cidade (Magnani, 2016), foram acompanhadas as ações do movimento entre outubro de 2024 e abril de 2025, tanto em canais de comunicação digitais (Instagram e WhatsApp) quanto em duas manifestações presenciais, realizadas nos dias 16 de novembro de 2024 e 27 de abril de 2025, em Sorocaba. De acordo com Magnani (2016, p. 14), discursos e práticas dominantes olham para a cidade como “[...] uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro [...]”. Para o autor, essa leitura é desprovida de ações, atividades, pontos de encontro e redes de sociabilidade, como se não houvesse o elemento que, em definitivo, dá vida à metrópole: os atores sociais, moradores da cidade que possuem experiências múltiplas.



Magnani (2016) ainda lembra que, quando os atores aparecem, com frequência são apresentados de modo estigmatizado, como “os excluídos, os espoliados”, como se estivessem descolados de todo o processo urbano. Segundo o autor, os grandes centros urbanos não podem ser reduzidos como resultantes de mazelas e distorções. Para tanto, oferece um olhar etnográfico na cidade intitulado de perto e de dentro. Ao se referir à pesquisa etnográfica na cidade, Magnani (2016) esclarece que os atores sociais apresentam uma gama de práticas que não são visíveis, e que acompanhar de perto as práticas dessas pessoas é de fundamental importância para o entendimento da cidade.

Assim, a pesquisa observacional realizada em campo utilizou técnicas como anotações em diário de campo e registros fotográficos das atividades e comunicações imagéticas apresentadas nas manifestações. As expressões do MJC se apresentaram como práticas populares, o que nos levou a observá-las a partir dos gêneros e formatos da Folkcomunicação, conforme a taxionomia proposta por José Marques de Melo (2005).

A taxionomia da Folkcomunicação é parte fundamental da metodologia da teoria, ao permitir classificar os gêneros e formatos comunicacionais populares. A partir da combinação entre canal e audiência, é possível identificar diferentes manifestações simbólicas que se organizam em três níveis: a) gênero, definido pela forma, a partir do meio de veiculação e da linguagem utilizada; b) formato, entendido como a estratégia de difusão, considerando as intenções do comunicador e as expectativas ou necessidades do público; c) tipo, variação estratégica que resulta tanto das escolhas simbólicas de quem comunica quanto das respostas e apropriações do público.

Os gêneros da Folkcomunicação são classificados em: a) oral, que se refere aos canais auditivos por meio de códigos verbais/musicais; b) visual, canais ópticos que envolvem os códigos linguísticos/pictóricos; c) icônico, canais óptico e tátil, que se referem aos códigos estéticos e funcionais; e d) cinético, que envolve os múltiplos canais, incluindo os códigos gestuais e plásticos. Embora os formatos possam assumir diversas configurações, o gênero oral em canto apresenta-se, por exemplo, sob diferentes manifestações, como aboio, acalanto, canto de bebida, cantiga, entre outras. Já os tipos, entendidos como variações estratégicas dentro de um mesmo formato, também revelam essa diversidade: no formato oral do canto, identificam-se tipos como cantiga de trabalho, pregão e toada, enquanto no formato oral da prosa surgem exemplos como conto de fadas, lenda, saudação e sermão. Com isso, as ações comunicacionais do MJC podem ser observadas a partir do gênero oral, utilizado, sobretudo, nas manifestações e outros eventos, por meio de interações interpessoais e grupais com o auxílio de megafones. Quanto a esse gênero, consideram-se também as apresentações musicais e declamações de poesias, comuns nos eventos.

Durante a marcha realizada em 16 de novembro de 2024, foi possível observar o uso de um panfleto confeccionado com estêncil e reproduzido em mimeógrafo⁴. O

⁴ O mimeógrafo foi um equipamento amplamente utilizado antes da popularização das impressoras, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, para reproduzir cópias de textos de forma artesanal. Funcionava por meio de um estêncil perfurado e tinta aplicada manualmente sobre o papel.



material, escrito à mão, insere-se no gênero folkcomunicacional visual, no formato escrito. No que se refere ao conteúdo, expressava os valores do movimento e sua motivação. Sua distribuição à população que circulava pelo local não se limitava à entrega do impresso, mas constituía também uma oportunidade de diálogo entre manifestantes e transeuntes. Nesse sentido, a circulação do panfleto configurava-se ainda como espaço para a ativação de outro tipo comunicacional, pertencente ao gênero e formato oral, por meio das conversas estabelecidas, em que os manifestantes explicavam a importância da participação popular nas audiências públicas, bem como divulgavam as propostas relacionadas ao Plano Diretor da cidade, em discussão naquele período. A Figura 2 apresenta o material utilizado na ação. Cabe ressaltar que de acordo com Beltrão (1980) e Peruzzo (2022), a comunicação popular diferencia-se da comunicação convencional dos meios públicos e privados, justamente porque sua ênfase está nas relações interpessoais, face-a-face e grupal.

Figura 2 – Panfleto distribuído na manifestação



Fonte: Autoria própria (2024).

Nesse mesmo dia, notou-se também o uso do megafone como recurso de amplificação da voz dos manifestantes, possibilitando maior alcance da mensagem junto à população. Trata-se de uma manifestação pertencente ao gênero oral, no formato prosa, que ao ser mediada pelo megafone, reforça sua função pedagógica e de conscientização coletiva. Na Figura 3 é possível ver um dos manifestantes usando o megafone para falar com a população.



Figura 3 – Uso do Megafone na manifestação



Fonte: Autoria própria (2024).

Na marcha de 27 de abril de 2025, observou-se que as falas mais estruturadas nos atos se aproximaram do formato prosa, no tipo sermão, quando o discurso assumiu tom didático e de conscientização social. Nesse dia, o grupo de manifestantes parou em frente aos terminais de ônibus da cidade, ocasião em que um dos líderes do movimento: (a) explicou a importância da luta; (b) apresentou os motivos que tornam o projeto da marginal direita prejudicial à cidade; e (c) convocou a população para a próxima assembleia popular. A Figura 4 mostra alguns dos manifestantes exibindo os cartazes em frente ao Terminal de ônibus Santo Antônio.

Figura 4 – Exibição de cartazes em frente ao Terminal Santo Antônio



Fonte: Autoria própria (2025).

Além dos discursos, os participantes cantavam marchas referentes à luta pela preservação do rio Sorocaba, incluindo citações sobre o atual prefeito e suas frases proferidas com frequência na mídia, como "Vem morar em Sorocaba, vamos juntos fazer dessa cidade a melhor cidade do Brasil para se viver" (Manga, 2025). Como resposta ao tom de propaganda do prefeito, tem-se:



Abre o olho, minha gente,
esse projeto vai causar enchente
A nossa luta nunca acaba, SOS, rio Sorocaba
Esse projeto é devastação, marginal direita, não
Rodrigo Manga, seu vacilão, marginal direita não
Rio Sorocaba, amamos você, cadê a cidade mais linda de se viver
(Movimento Justiça Climática Sorocaba, 2025)

Ao final da manifestação contra a marginal direita, as pessoas participantes foram convidadas a se pronunciar. Considerando o gênero de Folkcomunicação oral, pôde-se observar poesias, o que se enquadra no formato verso, além de canções autorais compostas para o rio, caracterizando o formato música, práticas que reforçam o olhar simbólico sobre o rio como “sujeito vivo e digno de defesa”, como indica Krenak (2019).

Também foram ouvidas falas vindas de representantes de outros movimentos sociais, como o movimento de mulheres e o movimento negro, reafirmando o caráter plural e horizontal da comunicação ali exercida. Destacam-se, ainda, a presença de figuras públicas e femininas de partidos políticos de esquerda (PSOL, PT) e discursos de natureza religiosa, como a fala de uma representante da Pastoral Ecológica, que citou o santo São Francisco de Assis como símbolo da “inteligência verde” e declarou, a respeito do rio, “Este que é ser vivo e está vivo - é, também, uma missão cristã”, corroborando com a ideia do rio enquanto sujeito.

O gênero visual ocorreu com o uso de cartazes e faixas confeccionadas manualmente, com destaque para o tipo cartaz. No formato pictográfico, estão as faixas pintadas à mão com slogans e ilustrações ativistas. Também estão presentes no gênero visual os formatos impresso e escrito, como os panfletos distribuídos nos encontros presenciais e os textos compartilhados nos canais digitais, contendo linguagem acessível e de estética artesanal. Na Figura 5 pode-se observar um participante segurando um cartaz feito à mão.

Figura 5 – Participante da marcha mostra um cartaz feito à mão



Fonte: Autoria própria (2025).



No gênero da Folkcomunicação cinética, destaca-se a realização de manifestações e marchas com o intuito de conscientização da população e reivindicação de direitos, tal como propõe Peruzzo (2024) ao discutir a característica de um movimento social popular voltado à preservação de direitos. Além dessas ações, observam-se eventos como saraus, blocos de carnaval e ceias coletivas, que têm a intenção de acolher a população em situação de rua e fortalecer os laços entre os integrantes do MJC. Durante as manifestações, notou-se um cuidado coletivo com o bem-estar de cada participante, o que indica que os encontros acabam funcionando também como espaços de convivência, nos quais os sujeitos podem se conhecer, compartilhar experiências e criar vínculos de pertencimento. Essas práticas se enquadram nos formatos celebração, distração e festejo, a exemplo do bloco carnavalesco, da quermesse e da festa natalina, conforme a categorização proposta por Melo (2005). Em tais encontros, verificam-se ainda a presença complementar dos gêneros oral e visual, mobilizados na construção de sentidos e na interação com o público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do material apresentado, entendemos que os atores sociais, quando conscientes das relações de poder que mantêm as estruturas geradoras de desigualdades, criam ações de resistência que envolvem formatos de comunicação fundamentais para a compreensão da sociedade em que estão inseridos.

Posto isso, retomamos a questão-problema desta pesquisa: como o Movimento Justiça Climática se comunica com os demais moradores de Sorocaba, e em que medida suas manifestações podem ser compreendidas a partir das lentes da Folkcomunicação? O movimento, portanto, comunica-se por meio de estratégias comunicacionais populares e artesanais, que incluem materiais produzidos manualmente, intervenções, música, poesia e outras formas de expressão coletivas. Ademais, apresenta um caráter educativo ao explicar e buscar conscientizar os demais cidadãos de Sorocaba sobre as problemáticas relacionadas à obra da Marginal Direita.

A leitura das expressões comunicacionais do MJC, a partir da taxionomia da Folkcomunicação, demonstra que a Folkcomunicação constitui uma prática viva e reconfigurada no contexto urbano contemporâneo, sobretudo quando seus agentes observam os impactos decorrentes da colonialidade e respondem a eles por meio de práticas decoloniais. Sua força está em articular o saber comum, proveniente das chamadas epistemologias do Sul, em estratégias de enfrentamento político à colonialidade do poder.

Além disso, é possível concluir que a Folkcomunicação também possibilita aos pesquisadores compreender conflitos ambientais mediados por práticas comunicacionais populares, bem como entender a especificidade dos movimentos populares voltados à proteção da natureza como uma dinâmica de cultura política nas sociedades contemporâneas.



Destacam-se, nas expressões do MJC, manifestações dos gêneros folkcomunicacionais: oral, visual e cinético, que combinam música, poesia, fala política, religiosidade popular, elementos visuais e performances coletivas. Tais práticas evidenciam, de forma concreta, que a oralidade e outras formas de comunicação artesanais permanecem vivas e potentes no espaço urbano, mesmo em tempos dominados pela comunicação digital.

Ao criar e promover formas populares de expressão e adaptá-las ao presente, o Movimento Justiça Climática não apenas comunica: disputa sentidos, forma sujeitos e constrói alternativas possíveis em um mundo ameaçado pela lógica destrutiva do capital.

Como propõe Melo (2005) ao apresentar a taxionomia, esta pesquisa demonstra o potencial da Folkcomunicação para compreender os conflitos ambientais como fenômenos comunicacionais. Nesse sentido, novas pesquisas, em suas respectivas regiões, podem aplicar a taxionomia a outros movimentos ambientais, e além de enriquecer a teoria, trazer novas perspectivas para uma problemática tão urgente na contemporaneidade.

Dessa forma, o estudo não apenas reafirma a atualidade da Folkcomunicação como ferramenta analítica, mas também evidencia sua capacidade para compreender as formas pelas quais movimentos populares constroem sentidos, mobilizam sujeitos e disputam narrativas em torno das questões socioambientais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. SAAE joga esgoto irregular em trecho do Rio Sorocaba diariamente há 18 meses. **Portal Porque**, Sorocaba, 27 jan. 2025a. Disponível em:

<https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/saae-joga-esgoto-irregular-em-trecho-do-rio-sorocaba-diariamente-ha-18-meses/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANDRADE. Tubo clandestino do Saae despeja esgoto in natura em córrego de Sorocaba. **Portal Porque**, Sorocaba, 9 set. 2025b. Disponível em:

<https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/tubo-clandestino-do-saae-despeja-esgoto-in-natura-em-corrego-de-sorocaba/>. Acesso em: 8 set. 2025.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/262436233_America_Latina_e_o_giro_decolonial. Acesso em: 21 jul. 2026.

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

BERNA, V. S. D. **Comunicação ambiental**: reflexões e práticas em educação e comunicação ambiental. São Paulo: Paulus, 2010.



BRASIL. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

CAMARGO, V. Qualidade da água do Rio Sorocaba cai para ruim, indica Cetesb. **Jornal Cruzeiro do Sul**, 2022. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2022/03/690635-qualidade-da-agua-do-rio-sorocaba-cai-para-ruim-indica-cetesb.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FERRANTI, V. Ministério Público instaura inquérito para investigar obras da marginal direita do Rio Sorocaba. **Jornal Cruzeiro do Sul**, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2024/07/735977-ministerio-publico-instaura-inquerito-para-investigar-obras-da-marginal-direita-do-rio-sorocaba.html>. Acesso em: 18 jan. 2025.

G1 – Sorocaba e Jundiaí. Cetesb libera construção de marginal direita do Rio Sorocaba; contrato é de R\$ 33 milhões. 2 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2025/07/02/cetesb-libera-construcao-de-marginal-direita-do-rio-sorocaba-contrato-e-de-r-33-milhoes.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2025.

GARCIAS, C. E.; AFONSO, A. C. J. Revitalização de rios urbanos. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v. 1, n. 1, p. 131–144, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/gesta/article/view/7111>. Acesso em: 25 set. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MANGA, R. **Instagram**: @rodrigomangaoficial. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DO63f9sj_0k/?igsh=ZjVkZ2wwNWl0eWFo. Acesso em: 25 set. 2025.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MANFREDINI, F. N.; GUANDIQUE, M. E. G.; ROSA, A. H. **A história ambiental de Sorocaba**. Sorocaba: Unesp – Campus Experimental de Sorocaba, 2015. Disponível em: <https://www.sorocaba.unesp.br/Home/Eventos191/historia-ambiental-editora-ebook.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2025.



MELO, J. M. de. Taxionomia da folkcomunicação: gêneros, formatos e tipos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM/UERJ), 28, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R3094-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

MOVIMENTO JUSTIÇA CLIMÁTICA SOROCABA. Carta de princípios. Sorocaba, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1yx8pjmPTnodSWHQmTyKNU06yhMd2Skv/view?usp=sharing>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MOVIMENTO JUSTIÇA CLIMÁTICA. Instagram: perfil oficial @sorocabapeloclima. **Instagram**, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DBms2jvPg9a/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório climático da ONU**: estamos a caminho do desastre, alerta Guterres. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relat%C3%B3rio-clim%C3%A1tico-da-onu-estamos-caminho-do-desastre-alerta-guterres>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Culturas populares na folkcomunicação e na Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: da decodificação mediática à resistência política. **RIF**, v. 20, n. 44, p. 174-203, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/20838>. Acesso em: 8 out. 2025.

PERUZZO, C. M. K. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. [recurso eletrônico]. Vitória: Edufes, 2024. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/fundamentos-teoricos-da-comunicacao-popular-comunitaria-e-alternativa>. Acesso em: 8 out. 2025.

POSTALI, T.; ROVIDA, M. F. Chavoso da USP: um sujeito periférico e ativista midiático na cultura digital. **Revista Alterjor**, v. 1, n. 3, p. 193-208, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/231839>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PREFEITURA DE SOROCABA. **Rio Sorocaba**. Disponível em: <https://visite.sorocaba.sp.gov.br/visite/rio-sorocaba/>. Acesso em: 10 out. 2025.



SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba. Esgoto. Coleta e afastamento. 2017. Disponível em: <https://www.saaesorocaba.com.br/esgoto/>. Acesso em: 21 jul. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014. Cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado, 8 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complementar-1241-08.05.2014.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCINOCCA, M. Censo 2022: Sorocaba cresce 312% em 52 anos e tem mais habitantes que 7 capitais do Brasil. **G1 Sorocaba e Jundiaí**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2023/07/04/cento-2022-sorocaba-cresce-312percent-em-52-anos-e-tem-mais-habitantes-que-7-capitais-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SESC. Onde nasci passa um rio. Sorocaba, 2024.

SORRILHA, F. B. Se construída, nova marginal do Rio Sorocaba piorará enchentes, diz especialista. **Portal Porque**, Sorocaba, 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/se-construida-nova-marginal-do-rio-sorocaba-piorara-enchentes-diz-especialista/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

WALSH, C. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados** – Educación y Sociedad, 1, 17-31, 2014. Disponível em: <https://www.ugc.edu.co/sede/bogota/documentos/postgrados/revista/Entramados1.pdf>. Acesso em 08 out. 2025.

AGRADECIMENTOS

Ao fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Observatório de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba (ODRMS), que tornou possível a realização desta e de outras pesquisas voltadas à proteção do rio Sorocaba.



CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Contribuição	Ana Paula Sallum Nicoletti	Thifani Postali
1. Conceituação	X	X
2. Curadoria de dados		X
3. Análise formal	X	X
4. Obtenção de financiamento	-	-
5. Investigação		X
6. Metodologia	X	
7. Administração do projeto	X	
8. Recursos	-	-
9. Software	-	-
10. Supervisão	X	
11. Validação	X	
12. Visualização	X	
13. Redação (rascunho/original)		X
14. Escrita (revisão e edição)	X	

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o artigo "Concreto e natureza: a comunicação de resistência do movimento justiça climática pela preservação do Rio Sorocaba".



DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT foi utilizada exclusivamente para revisão gramatical, aprimoramento da coesão, da fluidez textual e para as traduções em inglês e espanhol. Não foi empregada na elaboração das análises, interpretações, resultados ou conclusões da pesquisa.

Revisado por: Ana Caroline Mendonça de Barros
E-mail: carolmendbarros@gmail.com